

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO JUDICIAL DE 2026

I. Introdução:

O presente relatório, elaborado a pedido do Diretor-Presidente, apresenta a avaliação e a projeção estimada do passivo judicial do Instituto de Previdência do Município de Pouso Alegre/MG. A avaliação compreende as ações judiciais sob acompanhamento deste Departamento Jurídico durante o ano de 2026, e suas prováveis repercussões financeiras. A planilha contendo o número dos processos compõe o anexo deste documento.

II. Contexto do risco jurídico:

A gestão de um regime próprio de previdência social (RPPS) envolve, por sua natureza, a análise de divergências interpretativas acerca da legislação aplicável. Essas divergências, em relação aos benefícios, custeio e investimentos, com frequência resultam em disputas judiciais.

O passivo judicial, portanto, representa o conjunto de obrigações financeiras que podem advir de decisões desfavoráveis ao Instituto, com potencial impacto em seu equilíbrio financeiro e atuarial.

III. Método de avaliação:

A planilha que compõe o presente documento, classificando a probabilidade de êxito das demandas em que o IPREM figura como parte como baixa, média ou alta, foi elaborada com base no estágio atual de cada demanda, o objeto da lide e os precedentes que temos em ações semelhantes.

Ela é importante para orientar decisões de gestão, especialmente do Departamento de Benefícios, Departamento em que nasce a maioria das divergências interpretativas.

IV. Importância estratégica para a Gestão:

O conhecimento do passivo judicial constitui uma ferramenta de gestão que permite à Diretoria Executiva tomar decisões estratégicas com maior segurança.

V. Ressalvas:

Destaco que o cenário jurídico é dinâmico, e que as projeções apresentadas não são estáveis. Os valores da causa podem ter sido estimados de forma superfaturada ou podem sofrer acréscimos na fase do cumprimento de sentença devido à atualização do valor. Também podem ter sido estipulados de forma estimativa, para que o valor real seja apurado apenas na fase de cumprimento de sentença.

Tanto que temos um protesto judicial de R\$740.268.201,19, porém o valor dado à causa foi de R\$ 10.000,00, conforme constata-se na planilha.

Ao final do exercício financeiro será atualizado o documento considerando o maior valor entre o valor da causa e o valor da condenação atualizado de cada processo.

Ademais, o IPREM realiza o pagamento apenas das RPV, cujo limite para pagamento é o teto do RGPS, conforme previsto na Lei Ordinária nº 4929/2010, sendo os precatórios de responsabilidade do Município de Pouso Alegre.

VI. Análise dos Processos e Provisão de Risco:

Número do processo	Ação	Valor da Causa	Provisão de Êxito
5000103-56.2023.8.13.0525	Ação De Obrigação De Fazer	1.302,00	Alta
5014453-15.2024.8.13.0525	Ação Ordinária De Concessão De Benefício Previdenciário	127.582,87	Alta

5003612-24.2025.8.13.0525	Ação De Obrigação De Fazer C/C Cobrança	5.000,00	Alta
5003612-24.2025.8.13.0525	Ação De Obrigação De Fazer C/C Cobrança	5.000,00	Alta
1001400-98.2025.8.13.0525	Ação De Cobrança De Verbas Previdenciárias Atrasadas Cumulada Com Obrigação De Fazer	64.500,00	Alta
1005071-95.2026.8.13.0525	Ação Declaratória C/C Repetição De Indébito Tributário	15.000,00	Alta
5006956-86.2020.8.13.0525	Ação Ordinária (Nulidade De Pad)	50.000,00	Baixa
5004327-42.2020.8.13.0525	Ação Ordinária (Nulidade De Pad)	1.000,00	Baixa
5006891-91.2020.8.13.0525	Ação Ordinária (Nulidade De Pad)	1.000,00	Baixa
5012956-34.2022.8.13.0525	Ação Coletiva Anulatória De Ato Administrativo	1.212,00	Baixa
5015687-66.2023.8.13.0525	Ação Declaratória C/C Repetição De Indébito E Obrigação De Fazer	107.875,71	Baixa
5010767-49.2023.8.13.0525	Ação Ordinária (Nulidade De Pad)	1.320,00	Baixa
5013126-69.2023.8.13.0525	Ação De Conversão De Aposentadoria Proporcional Em Aposentadoria Integral Por Alienação Mental	30.690,48	Baixa
5006873-65.2023.8.13.0525	Ação De Revisão De Aposentadoria Por Invalidez	1.320,00	Baixa
0933856-19.2023.8.19.0001 RJ	Ação Execução De Título Extrajudicial	838.440,88	Baixa
5014767-58.2024.8.13.0525	Ação De Retificação De Registro Público	1.000,00	Baixa
5015860-56.2024.8.13.0525	Anulação Pad	1.000,00	Baixa
1183908-97.2024.826.0100 SP	Protesto Judicial De R\$ 740.268.201,19	10.000,00	Baixa
5016410-17.2025.8.13.0525	Ação De Revisão Da Concessão Do Benefício Previdenciário	100.000,00	Baixa
5000801-91.2025.8.13.0525	Ação De Revisão De Aposentadoria	40.604,40	Baixa
1001382-77.2025.8.13.0525	Ação Declaratória De Nulidade De Ato Administrativo	199.000,00	Baixa
0127431-64.2017.8.13.0525	Ação Anulatória	6.615,84	Média
5000993-68.2018.8.13.0525	Ação Revisional De Aposentadoria	136.429,20	Média
5008013-42.2020.8.13.0525	Ação De Restituição De Indébito Previdenciário	38.787,70	Média
5011635-32.2020.8.13.0525	Ação Previdenciária Para Concessão De Aposentadoria Especial	30.000,00	Média
5019780-04.2025.8.13.0525	Ação Revisão De Aposentadoria	116.864,30	Média

5017731-87.2025.8.13.0525	Ação De Concessão De Aposentadoria Por Invalidez	42.911,22	Média
5008088-08.2025.8.13.0525	Ação Ordinária De Restabelecimento Dos Proventos Integrais	645.160,54	Média
5014447-71.2025.8.13.0525	Ação De Cobrança De Valores Atrasados Decorrentes De Concessão De Benefício Previdenciário	69.011,81	Média
5023266-31.2024.8.13.0525	Ação De Obrigação De Fazer C/C Cobrança	74.937,46	Média
5000790-43.2017.8.13.0525	Ação De Ressarcimento Ao Erário	5.339,83	Alta
5013316-71.2019.8.13.0525	Ressarcimento Ao Erário	8.015,73	Alta
5012047-55.2023.8.13.0525	Ação De Ressarcimento Ao Erário	63.964,62	Alta
5000281-05.2023.8.13.0525	Restituição Ao Erário	49.972,70	Alta
5012135-59.2024.8.13.0525	Ação De Ressarcimento Ao Erário	56.138,81	Alta
5013024-76.2025.8.13.0525	Ação De Cobrança	88.861,24	Alta
10011061220268130525	Ação De Obrigação De Fazer	131.925,32	Média

Ações judiciais que o IPREM figura como réu, com potencial de perda financeira para o IPREM.

Categoria de Risco	Valor Provisionado
Baixa	1.384.463,47
Média	1.160.718,07
Alta	218.384,87
Valor Total	2.763.566,41

Demandas judiciais em que o IPREM figura como autor, com potencial de ganho financeiro.

Categoria de Risco	Valor Provisionado
Baixa	0,00
Média	131.925,32
Alta	272.292,93
Valor Total	404.218,25

Valor total em discussão judicial

3.167.784,66

A ação civil de improbidade administrativo de nº 5005762-51.2020.8.13.0525 não foi incluída na planilha por ter sido ajuizada em conjunto com o Município de Pouso Alegre e estar sendo movimentada exclusivamente pela PGM dada sua complexidade.

* As linhas grifadas na cor azul representam ações de autoria do IPREM, cuja expectativa de êxito implica em expectativa de recebimento de valores, não necessariamente do valor exato dado à causa.

Priscila Pereira Floriano
OAB/MG 211.327

